

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano III | Volume 7 | Nº 19 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<http://doi.org/10.5281/zenodo.5068327>



RELIGIÃO NO PENSAMENTO POLÍTICO DE NICOLAU MAQUIAVEL

Leonardo Almeida¹

Resumo

Neste ensaio trazemos alguns elementos do pensamento de Nicolau Maquiavel no que concerne ao fenômeno religioso, tema nem sempre enfatizado por seus biógrafos e analistas. Através da análise de duas dentre as suas principais obras – O Príncipe e Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio – destacamos que no pensamento político do autor não verificamos uma aversão à religião nem uma defesa enfática da secularização da política. Em certo sentido, notamos que Maquiavel, menos preocupado com aspectos teológicos ou doutrinários, se interessava pela religião em seu sentido prático para a vida social e política, como a obediência às leis e a manutenção do poder político.

Palavras-chaves: Maquiavel; Modernidade; Religião.

Abstract

In this essay we analyze some elements of Niccolo Machiavelli's thought that concerns to the religious phenomenon, a topic which is not emphasized by his biographers or analysts. Through the analysis of two of his main works – The Prince and Discourses on the First Decade of Titus Livius – we highlight that the author did not have a disgust to religion nor an emphatic defense of the secularization of politics. In a sense, we note that Machiavelli, less concerned with theological or doctrinal elements, was interested in the religion in its practical sense for social and political life, as well as the obedience to laws and the maintenance of political power.

Keywords: Machiavelli; Modernity; Religion.

Enquanto um fenômeno ocidental, temos tido a possibilidade de verificar que os diversos estados nacionais formados em meados do último milênio e circunscritos sob a égide moderna, passam por diferentes redefinições no que tange à relação entre estes mesmos estados e aos segmentos e instituições religiosas presentes em seus territórios. Sociologicamente, consideramos que a modernidade traz a ideia de secularização à sociedade moderna europeia redefinindo o papel da religião, tornando-a agora, não mais o elemento constituinte da vida social, mas sim, uma esfera a mais, semelhante às demais e autônomas entre si, passando a designar, então, uma esfera social que precisa ser definida em relação às demais. Este processo, portanto, através da secularização, propicia a separação entre os estados nacionais e as instituições religiosas, o que tem como consequência, algum grau de laicização do ordenamento jurídico-político das mais variadas sociedades ocidentais ao longo dos últimos séculos até

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Estagiário-doutoral na Universidade de Coimbra (UC). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor de Sociologia na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres. E-mail para contato: leonardoalmeidarj@gmail.com



os dias atuais, o que vem sendo percebido pelos mais variados autores – a partir dos clássicos – do pensamento político e social modernos (ALMEIDA, 2014).

Nicolau Maquiavel (1469-1527) é uma das mais proeminentes figuras do pensamento político, uma peça chave na análise do campo político moderno. O pensador viveu na Península Itálica, durante os séculos XV e XVI, em um período político intenso, quando a região se encontrava dividida em inúmeros principados que viviam em continuados conflitos, dadas as disputas territoriais e por soberania entre estes. O que conhecemos hoje como sendo a Itália era um território dividido em uma série de Estados menores, dentre os quais destacavam-se Milão, Veneza, Nápoles e Florença, esta última, terra natal de Maquiavel. De modo análogo às demais nações europeias ocidentais vizinhas, a Itália – bem como o ocorrido historicamente com a Alemanha – foi colocada ante a questão de sua fragmentação territorial, a qual faz com que o elemento *moderno* nas instituições deste país se desse tardiamente, tendo em vista que houve uma demora muito maior no que tange à unificação política com vistas a formar um estado nacional.

Especificamente no caso italiano, a Igreja Católica – para além de seu papel enquanto instituição religiosa – constituiu um agente relevante na protelação da unificação das cidades e reinados situados à Península Itálica. Na visão maquiaveliana do limiar do século XVI, era esta Igreja situada com seu estado pontifício na península, a qual dificultava a unificação nacional e que principalmente por essa, para além de outras razões, torna-se alvo das preocupações e das críticas do autor em tela, o qual nos evidencia se preocupar com os novos limiares trazidos a tona a partir do momento de transição entre Idade Média e Idade Moderna no qual vivera, e pelos quais passavam outros países. Diz o autor:

É que a Igreja mantém esta terra dividida. E, realmente, terra alguma jamais foi unida ou feliz, a não ser quando inteiramente submetida a uma só república ou a um só príncipe, como ocorreu com a França e com a Espanha. E a razão de a Itália não estar nas mesmas condições e não ter uma só república ou um só príncipe para governá-la é somente a Igreja: porque tendo ela aqui estabelecido sede e governo temporal, não teve força nem *virtú* suficiente para ocupar a tirania da Itália e tornar-se seu príncipe, enquanto, por outro lado, não foi bastante fraca para, por medo de perder o domínio de suas coisas temporais, convocar a ajuda de algum poderoso que a defendesse contra aquele que se tivesse tornado poderoso demais na Itália [...] (MAQUIAVEL, 2007a, p. 55).

De certa forma, podemos dizer que a preocupação de Maquiavel com o fenômeno religioso guarda razão com as condições políticas que analisava e, até certo ponto, defendia. Na abordagem que realiza a respeito da religião, Maquiavel não se prende a aspectos puramente religiosos, nem a elucubrações teológicas. Assim, nota-se que, no pensamento do autor, não necessariamente exista uma aversão ao religioso ou uma voraz defesa da secularização da política. Ao contrário, é possível inclusive notar que Maquiavel entendia que pela religião se desenvolveriam valores morais na população. Caso o



príncipe soubesse utilizar de bom modo a religião de seu Estado, existiria uma maior facilidade em conduzir o povo à obediência às leis, pois a religião seria um elemento essencial que contribuiria, dentre outros aspectos, com a manutenção da ordem social.

Estudar a religião nas obras de Maquiavel é indispensável para compreendermos a sua teoria política, principalmente no que concerne à formação e manutenção do Estado. Quando aborda a temática da religião, não o faz de maneira teológica, mas analisa a importância da crença e a forma como é trabalhada na cultura e na política (SOBOLESKI, 2011, p. 40).

No que se refere à esfera religiosa devemos ter em conta que Maquiavel diferencia o caráter cultural do papel institucional que uma determinada religião possa adquirir, tal qual a Igreja Católica tivera para o cristianismo à sua época. Por um lado, temos que a religião é uma maneira de enxergar, retratar e estar no mundo, enquanto que uma instituição religiosa é aquela que pretende monopolizar a interpretação e o modo de atuação dessa maneira de *estar no mundo* preconizado por determinada religião. No contexto de seu *realismo político*, Maquiavel, menos preocupado com aspectos teológicos ou doutrinários, se interessa pela religião em seu sentido prático para a vida social e política. Neste sentido, a religião é analisada pelo autor, tanto a partir da sua capacidade de coerção em sentido militar e político, como no sentido educativo, com vistas a produzir a coesão social e certo consenso coletivo (AMES, 2006).

Maquiavel é, dentre outras, autor de duas importantes obras: *O Príncipe* e *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Ambas são, por certo, diretamente impactadas pelo contexto político que apontamos em que vivera o autor. Mais que isso. Estas são obras nas quais Maquiavel propõe sugestões com vistas a superar problemas concretos da realidade político-social em que estava inserido, como a manutenção da unidade de uma sociedade, o impedimento da eclosão de uma guerra, a manutenção do poder de um governo/governante, bem como qual deveria ser o papel e a finalidade da religião no concerne ao poder de um Estado. Acerca especificamente do papel da religião, o que percebemos é que o autor promove uma certa ruptura com o pensamento medieval anterior, mas de modo distinto para cada uma destas duas de suas principais obras. Enquanto nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* Maquiavel trata a religião como um dos temas centrais para o estado e para a sociedade, tendo em vista que à mesma dedica cinco capítulos desta obra, em *O Príncipe*, a religião está bem distante de ser um tema relevante, dado que esta temática pouco aparece enquanto um objeto de análise e, quando colocada em questão, é tratada apenas como um instrumento potencialmente utilizável pelo príncipe com vistas a dominar e iludir os demais. Neste limiar, acerca da análise do fenômeno religioso no conjunto da obra do autor florentino, interessa-lhe o efeito prático da religião que faz com que as



pessoas respeitem e sigam regras e ordenamentos políticos em razão de um determinado preceito ou mandamento religioso (AMES, 2006, p. 53).

Neste contexto, na leitura dos *Discursos*, é possível perceber que as críticas realizadas por Maquiavel à Igreja Católica são mais diretas do que em *O Príncipe*. Estas críticas estão centradas principalmente nos maus exemplos dados pelos religiosos, e pela incapacidade de a Igreja manter a Itália unida, sendo então, ao ver do autor, a principal responsável pela fragmentação de toda a península. De certo modo, Maquiavel enxergava que a religião potencialmente manteria o reino fundado por um príncipe, já que manteria o caráter cívico, a união e obediência dos súditos à lei do principado, já que o temor a Deus levaria os indivíduos a cumprir as leis. Se os mandamentos divinos são superiores às ordens governamentais, então, o povo deveria ser educado com vistas a obedecer às leis do mesmo modo em que teme a Deus. A religião, e mais especificamente as cerimônias religiosas, exerceriam ainda, ao ver de Maquiavel, um papel de extrema relevância no que se refere às ações tomadas pelos príncipes, especialmente no que concerne à ação militar, dado que o ritualismo religioso propiciaria um engajamento dos soldados através, por exemplo, de juramentos e da rememoração da necessidade de vitória por conta dos mortos em outras batalhas. (SOUSA, 2015, p. 256; MAQUIAVEL, 2007b).

Conforme é possível constatar a partir da leitura destas principais obras que destacamos do pensador florentino, não existiriam, a seu ver, elementos concretos de prevenção à instabilidade. De certo modo, podemos inferir que, para Maquiavel, a política seria, de certo modo, uma arte *artificial* com vistas a propiciar algum grau de estabilidade a sujeitos políticos que são, em realidade, instáveis. Quando aborda, menciona e analisa fatos históricos concretos, Maquiavel busca demonstrar ações e resultados. Na metodologia do autor, certas ações terão sempre os mesmos resultados, em que pese as especificidades do contexto histórico. Maquiavel, de certa forma, se difere por não apresentar seus argumentos de maneira hipotética nem especulativa, quando coloca a partir dos exemplos históricos uma relação de causa e efeito no que concerne ao que pretende demonstrar. Nesse contexto, nas suas análises sobre religião e na relação desta com o Estado e com a política podemos perceber que “a questão principal não é a da verdade da religião e sim a da interpretação da vontade divina por aqueles que comandam e a favor de seus propósitos” (AMES, 2006, p. 58).

A religião tem utilidade na sua relação com a política institucional desde que alinhada à possibilidade de sua instrumentalização pelas armas e pelas leis, dado que mantém coesos os exércitos, bem como os cidadãos estimulados a seguir e cumprir as leis (SOUSA, 2015, p. 30). Nesta conjuntura, a religião, para Maquiavel, teria a capacidade de estimular e preservar nos indivíduos um sentimento de devoção à pátria, entretanto, o cristianismo de sua época não teria provocado essa civilidade no povo.



Os cerimoniais religiosos dos antigos e dos *pagãos* é que estimulavam a defesa da pátria e da coisa pública, bem como a coragem de seus membros (MAQUIAVEL, 2007a, p.135).

O fenômeno religioso pode ser entendido, portanto, de forma diferenciada pelos príncipes e pelo povo. Para o príncipe, a religião consiste em um instrumento político que submete os súditos enquanto que, para o povo, consiste em um temor ao divino e esse temor leva-o a respeitar as leis ao identificá-las com os mandamentos divinos. O príncipe, desse modo, deve saber usar dos fundamentos da religião de forma que insere nos mesmos as necessidades políticas – visando sempre o bem comum – fazendo com que as mesmas pareçam ordens divinas (MAQUIAVEL, 2007b). Neste sentido é que:

Considerada como valor instrumental, a religião é, portanto, um elemento de grande eficácia política. Usada com a devida prudência, constitui uma alternativa ao emprego da força bruta para assegurar a ordem e a paz interna. Oferece um meio para comandar sem recorrer à violência física. (AMES, 2006, p. 56)

De fato, conforme colocamos inicialmente, a religião é um instrumento decisivo no surgimento e na manutenção de Estados nacionais antigos e mesmo modernos. No quadro analítico montado por Maquiavel, portanto, desde que bem utilizada pelo governante, esta faria com que a população de um determinado território viesse a prestar devoção aos *bons costumes* e à moral relativas à sua pátria. Assim, uma população com uma religiosidade cativada e exercida no dia-a-dia da sociedade, tenderia a se manter *afastada da corrupção*, dado que o sentido ritualístico da religião, conforme destacamos, tem a característica de “persuadir o povo para o cumprimento das leis, regras e costumes do estado, a partir de uma exigência divina e não humana” (SOUSA, 2015, p. 247).

Conclui-se que Maquiavel entendia que seria de extrema importância que aqueles que se encontrassem à frente da nação, respeitassem e até mesmo preservassem a religião. Mesmo que não acreditassem, não deveriam pormenorizá-la, já que esta seria – de forma não exclusiva, porém essencial – uma das principais garantias da manutenção de um Estado. Por essas razões, percebemos ainda que Maquiavel foi um severo crítico da religião cristã e de sua incapacidade na Península Itálica à sua época, a ponto de tomar a *religião pagã* romana como mais eficaz enquanto um instrumento político a serviço dos governantes no passado, já que conseguira manter a unidade territorial e a dominação dos povos outrora conquistados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Leonardo. “A sempre polêmica relação entre a religião e a política”. In: **O que saber sobre os evangélicos e a política no Brasil: Partidos, Representantes e Eleições Presidenciais**. Curitiba: Editora Prismas, 2014.



AMES, José Luiz. “Religião e política no pensamento de Maquiavel”. **Revista Kriterion**, n. 113, Junho, 2006.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007a.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Editora Hedra, 2007b.

SOBOLESKI, Josete. “A religião como instrumento formador e mantenedor do estado em Maquiavel”. **Revista Terceiro Incluído**, vol. 1, n. 2, 2011.

SOUSA, Vimerson Araujo de. “A relação entre política e religião em Maquiavel”. **Cadernos Espinosanos**, n. 32, 2015.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano III | Volume 7 | Nº 19 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávoro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima